Marcopolo Trading S.A.

CNPJ nº 87.004.594/0001-97 - NIRE nº 43 3 0000270 5

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem a honra de submeter a vossa apreciação e exame das Demonstrações Financeiras e relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Caxias do Sul, 26 de março de 2021.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.481	3.769
Clientes	5	909	3.043
Impostos a recuperar	6	590	5.441
		9.980	12.253
Não circulante			
Imposto de renda e contrib. social diferidos		179	–
Propriedade para investimento		105	105
Intangível	8	3	4
Investimentos	7	9	10
		296	119
Total do ativo		10.276	12.372

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		756	568
Impostos e contribuições a recolher		–	2
Dividendos a pagar	10	–	55
Adiantamentos de clientes		–	917
Representantes comissionados		1.003	1.713
Outras contas a pagar		–	250
		1.759	3.505
Patrimônio líquido	10		
Capital social		5.000	5.000
Reservas de lucros		3.517	3.867
		8.517	8.867
Total do passivo e patrimônio líquido		10.276	12.372

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Operações			
Receita líquida de vendas		–	54
Custo da mercadoria vendida		–	(3)
Lucro bruto		–	51
Despesas operacionais			
Comerciais		(2)	–
Gerais e administrativas		(37)	(48)
Outras despesas operacionais, líquidas		34	(43)
Resultado de equivalência patrimonial		(1)	1
Resultado operacional		(6)	(39)
Receitas financeiras	11	2.126	771
Despesas financeiras	11	(2.649)	(299)
Resultado financeiro		(523)	472
Lucro (prej.) antes do IR e da CS		(529)	433
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	–	(106)
Diferido	9	179	(94)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(350)	233
Lucro líq. por ação (expresso em R$ por ação)			
Básico e diluído		(0,07)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		(350)	233
Ajustes			
Amortizações	8	1	–
Resultado da equivalência patrimonial	7	1	(1)
Variações nos ativos e passivos			
(Aum.) redução em contas a receber de clientes		2.134	1.059
(Aumento) redução em outros ativos		4.672	(298)
Aumento (redução) em adiamento de clientes		(917)	(1.622)
Aumento (red.) em repres. comissionados		(710)	(1.187)
Aumento (redução) em outros passivos		82	109
Caixa gerado pelas atividades operacionais		4.913	(1.707)
Impostos sobre o lucro pagos		(146)	(136)
Caixa líquido prov. das ativid. operacionais		4.767	(1.843)
Fluxos de caixa das ativid. de financiam.			
Pagamento de dividendos		(55)	(533)
Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.		(55)	(533)
Aum. (red.) de caixa e equivalentes de caixa		4.712	(2.376)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		3.769	6.145
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício		8.481	3.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019	5.000	483	3.206	–	8.689
Lucro do exercício	–	–	–	233	233
Destinações					
Destinação do lucro	–	12	166	(178)	–
Dividendo mínimo obrig. (R$ 11,09 por lote de mil ações)	–	–	–	(55)	(55)
Em 31 de dezembro de 2019	5.000	495	3.372	–	8.867
Prejuízo do exercício	–	–	–	(350)	(350)
Destinações					
Absorção de prejuízo	–	–	(350)	350	–
Em 31 de dezembro de 2020	5.000	495	3.022	–	8.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(350)	233
Resultado abrangente total	(350)	233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Demonstrações do valor adicionado			
Receitas		–	–
Vendas de mercadorias		–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	–
Insumos adquir. de terceiros (inclui ICMS e IPI)		9	(26)
Custo das mercadorias vendidas		9	(26)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		–	–
Perda/recuperação de valores ativos		–	–
Valor adicionado bruto		9	(26)
Valor adicion. líquido produzido pela entidade		9	(26)
Valor adicionado recebido em transferência		2.125	772
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1)	1
Receitas financeiras	11	2.126	771
Valor adicionado total a distribuir		2.135	745
Distribuição do valor adicionado		2.135	745
Impostos, taxas e contribuições		(165)	213
Federais		(174)	204
Municipais		9	9
Remuneração de capitais de terceiros		2.649	299
Despesas financeiras	11	2.649	299
Lucro (prejuízo) do exercício e dividendos		(350)	178
Dividendos	10	–	55
Lucro (prejuízo) retido do exercício		(350)	178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Marcopolo Trading S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Seu principal controlador é a Marcopolo S.A.. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior, realizando por conta própria ou de terceiros, exportações e importações, e a representação em operações de compra e venda de mercadorias, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem participação na empresa Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. (Nota 7). As operações de compra e venda de mercadorias realizadas pela Companhia são feitas de forma complementar as atividades de sua controladora e companhias associadas e se referem à comercialização de ônibus prontos, em operações onde seja necessária a venda do carro completo, ou seja, com chassi e carroceria. As operações da Marcopolo Trading S.A. estão diretamente relacionadas às operações que lhe sejam destinadas pela controladora. A Companhia analisou e concluiu que a pandemia do Coronavírus não apresenta impacto nas demonstrações financeiras. **2. Resumo das principais políticas contábeis;** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021. **(b) Base de mensuração;** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **(d) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC - 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas e opcional para as demais. **(e) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Políticas contábeis e divulgações:** As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL” - *Fair Value Through Profit or Loss*), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI” - *Fair Value through Other Comprehensive Income*) e ao custo amortizado. **2.4.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **2.4.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **2.4.1. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): (a) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **(d) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.4.2. Gestão de risco financeiro:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. Os valores conhecidos ou estimados dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valor de mercado significativamente diferente do reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando instrumentos de mesma natureza, prazos e riscos semelhantes. **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. **(c) Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). **(d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. **2.6. Intangível: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos. **2.7. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento se refere a terreno, mensurado pelo método de custo e não depreciado. O valor justo do terreno foi estimado em R$ 1.165 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 1.111 em 31 de dezembro de 2019). **2.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, a posição assumida na apuração de imposto sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. **2.12. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e • reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia não possui estimativas e julgamentos contábeis críticos relevantes. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
Depósitos bancários à vista	95	945
Certificados de Dep. Bancários com liq. imediata (*)	8.386	2.824
	8.481	3.769

(*) Corresponde a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas de 98,23% do CDI em 31 de dezembro de 2020. **5. Contas a receber de clientes no exterior**

	2020	2019
Circulante		
Mercado externo	1.208	3.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(299)	(232)
	909	3.043

	2020	2019
A vencer	–	250
Vencidos		
De 91 a 180 dias	–	687
Acima de 180 dias	1.208	2.338
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(299)	(232)
	909	3.043

6. Impostos e contribuições a recuperar

	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	524	403
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	66	40
Programa de Integração Social (PIS)	–	181
Contrib. p/ Financ. da Seguridade Social (COFINS)	–	4.817
	590	5.441

7. Investimentos: Os investimentos em sociedades equiparadas a coligadas estão demonstrados a seguir:

	Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	2020	2019
Dados do investimento			
Capital social	20.000		
Patrimônio líquido	180.713		
Quotas possuídas	6		
Percentual de participação	0,005		
Prejuízo no exercício	(29.576)		
Saldos iniciais			
Pelo valor patrimonial	10	10	9
Equivalência patrimonial	(1)	(1)	1
Saldos finais			
Pelo valor patrimonial	9	9	10

8. Intangível

	2020 Marcas registradas e licenças	2019 Marcas registradas e licenças
Saldo inicial	4	4
Amortização	(1)	–
Saldo final	3	4
Custo do intangível	4	4
Amortização acumulada	(1)	–
Valor residual	3	4

9. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	2020	2019
Conciliação		
(Prejuízo) Lucro antes do IR e da contribuição social	(529)	433
Alíquota nominal %	34	34
	180	(147)
Adições e exclusões permanentes		
Outras adições (exclusões), líquidas	(1)	(53)
	179	(200)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	–	(106)
Diferido	179	(94)
	179	(200)

10. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é composto por 5.000.000 (em 31 de dezembro de 2019, o capital era composto por 5.000.000) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva para futuro aumento de capital:** Corresponde a 100% do saldo de lucros acumulados remanescentes após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme artigo 21 do estatuto social. **d. Dividendos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(350)	233
Reserva legal (5%)	–	(12)
Base de cálculo dos dividendos	(350)	221
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	–	55

Não houve dividendos em 2020. Os dividendos por ação do capital foram de R$ 11,09 por lote de mil ações em 2019.

11. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias recebidos	61	304
Ajuste a valor presente	–	14
Variação cambial	1.941	280
Rendas de aplicações financeiras	124	173
	2.126	771
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e outros	(1.065)	(4)
Ajuste a valor presente	–	(10)
Variação cambial	(1.584)	(285)
	(2.649)	(299)
Resultado financeiro, líquido	(523)	472

12. Lucro (Prejuízo) por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações. Durante o exercício a Companhia não adquiriu ações próprias, bem como não mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação não apresenta efeito de diluição devido a não possuir opções de compra de ações.

	Básico e Diluído 2020	Básico e Diluído 2019
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas	(350)	233
Quantidade média de ações (milhares)	5.000	5.000
Lucro (prejuízo) por ação	(0,07)	0,05

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Marcopolo Trading S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo Trading S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras;** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador
CRC 1SP198156/O-7

Diretoria

Andre Vidal Armaganijan - Diretor

José Antonio Valiati - Diretor

Contador

Leandro Antonio Basso - CRC - RS 59.513/O-4